

BRB precisa de até R\$ 6,6 bilhões em empréstimos

Deputados apontam irregularidades em projeto enviado à CLDF

Por Isabel Dourado

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), na tarde de terça-feira (24), uma nova versão do Projeto de Lei nº 2175/2026, que autoriza a utilização de bens públicos para reforçar o caixa do Banco de Brasília (BRB). O projeto havia sido enviado pelo Governo do Distrito Federal à CLDF na noite de sexta-feira (20) e gerou embates e críticas por parte parlamentares. A versão anterior do texto previa o uso de doze imóveis públicos para fortalecer a instituição financeira após prejuízos com a tentativa de compra do Banco Master. Na nova versão encaminhada, o governo reduziu a lista de doze imóveis para nove, excluindo terrenos localizados no Guará e no Lago Sul, que constavam na proposta inicial.

A versão mais recente do texto que deve ser analisada somente na próxima semana, estabelece o limite de R\$ 6,6 bilhões para operações de crédito como o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou outras instituições financeiras. Mesmo com a alteração, deputados da oposição e parlamentares da própria base aliada do governo mantêm críticas ao projeto. A proposta foi substituída por uma nova versão pouco antes do início da sessão plenária de terça-feira (24). Antes da votação, os



Plenário da Câmara Legislativa do DF durante sessão ordinária

deputados distritais se reuniram para analisar as mudanças apresentadas pelo Executivo.

Segundo o governo, o projeto tem como objetivo permitir que o BRB apresente uma solução financeira dentro do prazo estipulado pelo Banco Central. A autoridade monetária determinou que o banco mantenha ao menos R\$ 3 bilhões em reservas para assegurar a continuidade e a segurança das operações. O prazo para o cumprimento da exigência termina no fim de março, quando deverá ser divulgado o balanço referente ao exercício de 2025.

Parlamentares da oposição e da base têm apontado a situação

como séria e grave. O deputado Fábio Félix (PSOL) afirmou em entrevista coletiva, na terça-feira (24), que nem o uso como garantia em um empréstimo, nem a venda dos terrenos para capitalizar o Banco de Brasília ajudariam numa solução. Ele apontou irregularidades e ilegalidades no projeto, que não apresenta, nos anexos, o cálculo de valor de cada área. “É um projeto muito mais comprometido a salvar o calendário eleitoral dos agentes políticos do que salvar o BRB. A visão que nós temos é que a alienação desses terrenos ou mesmo a venda desses terrenos para a capitalização do BRB não ajuda

numa solução definitiva para o Banco de Brasília”, criticou. O deputado Gabriel Magno (PT), citou a entrevista concedida pelo governador ao Metrôpoles, nesta quarta-feira (25), falando sobre o projeto de lei encaminhado para a CLDF. Segundo o governador Ibaneis Rocha, a medida “não se trata de apoiar o meu governo, é dar sobrevivência ao BRB”. “Salvar o BRB do que? O que aconteceu com o BRB? Quem tirou e usou o dinheiro do BRB para fazer esse negócio criminoso e fraudulento? Quem autorizou?”, questionou o deputado Gabriel Magno em sessão Ordinária desta quarta-feira (25).

Mato Grosso cria referencial para cidades

A Rede de Controle da Gestão Pública de Mato Grosso realiza, nesta quinta-feira (26) o lançamento do Referencial Técnico para Implantação de Programas de Integridade nos Municípios.

O evento será realizado no auditório da Controladoria-Geral do Estado, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá.

Manual

Inspirado em referências nacionais e internacionais, como o Manual de Integridade Pública da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Modelo de Maturidade em Integridade Pública da CGU e o Programa de Integridade do Governo de Mato Grosso, o documento funciona como um guia prático e progressivo para auxiliar prefeituras e câmaras municipais na implantação de medidas de prevenção, detecção e resposta a desvios éticos e irregularidades, respeitando as capacidades técnicas, administrativas e orçamentárias de cada ente.

Durante o evento, o superintendente de Promoção da Integridade da CGE, Christian Pizzatto de Moura, apresentará os objetivos, diretrizes e orientações do referencial. A programação contará ainda com palestra da secretária de Integridade Pública da CGU, Patrícia Alvares de Azevedo, com o tema “A importância da Integridade Pública na Prevenção da Corrupção”.

Na ocasião, o secretário Controlador-geral, Paulo Farias, assinará o Termo de Compromisso de Apoiador Institucional do Programa Time Brasil – Ações de Integridade Pública para Estados e Municípios, da Controladoria-Geral da União. Também serão formalizados os termos de adesão ao Referencial Técnico para Implantação de Programas de Integridade nos Municípios pelas prefeituras de Santo Antônio de Leverger, Cáceres e Ipiranga do Norte e câmaras municipais de Cáceres e Ipiranga do Norte.

O referencial foi construído de forma colaborativa pelas instituições que integram a Rede de Controle, entre elas a Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso, a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Goiás combate risco de avanço de praga nas lavouras de soja

Praga quarentenária com alto potencial de impacto sobre as lavouras de soja, o *Amaranthus palmeri* teve sua presença detectada recentemente na região de São José do Rio Preto, em São Paulo.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já tinham casos confirmados de caruru-palmeri ou caruru-gigante, como também é conhecida a planta invasora.

Diante desse cenário, a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) intensificou a atuação dos fiscais estaduais agropecuários no campo, reforçando as inspeções fitossanitárias como medida preventiva para impedir a entrada e disseminação da espécie em Goiás.

Segundo o presidente da Agrodefesa, José Ricardo Caixeta



A soja é o principal produto agrícola de Goiás

Ramos, a soja é o principal produto agrícola do estado e merece atenção especial da defesa sanitária.

“A Agrodefesa tem reforçado a adoção de medidas preventivas para evitar prejuízos aos produ-

tores”, afirma.

“É fundamental que o agricultor esteja atento às práticas de manejo adotadas em sua propriedade para impedir que essa praga chegue a Goiás e cause prejuízos à produção e à economia”, afirma.

Planta daninha

De acordo com o gerente de Sanidade Vegetal da Agrodefesa, Leonardo Macedo, o *Amaranthus palmeri* é uma planta daninha exótica, de crescimento rápido e extremamente agressiva.

“Essa praga representa um risco significativo às lavouras, principalmente pela alta resistência a herbicidas e pela grande capacidade de dispersão. As plantas fêmeas adultas podem produzir de 200 mil a 500 mil sementes por indivíduo, dependendo das condições ambientais”, alerta.

A Agrodefesa tem reforçado a inspeção fitossanitária em lavouras de soja, e milho em sucessão, por meio da atuação dos fiscais estaduais agropecuários, intensificando o monitoramento nas propriedades.

Seab/Adapar